

# **LEGISLAÇÃO AUTÁRQUICA**

## **ÍNDICE**

	<b>Pág.</b>
<b>I - DAS AUTARQUIAS E SEUS ÓRGÃOS .....</b>	<b>5</b>
1. Atribuições e competências	
2. Associação de Freguesias	
3. Associações de Municípios	
4. Benefícios (publicitação)	
5. Código do IMI e do IMT	
6. Comissões de Coordenação Regional	
7. Conselhos municipais	
8. Contratos-programa	
9. Criação e extinção das Autarquias Locais	
10. Empresas Municipais	
11. Estatuto do Direito de Oposição	
12. Finanças locais	
13. POCAL	
14. Polícias municipais	
15. Processo eleitoral	
16. Recenseamento	
17. Referendo	
18. Referendo local	
19. Regiões Administrativas	
20. Reorganização administrativa territorial autárquica	
21. Serviços Municipais	
22. Taxas	
<b>II - DOS ELEITOS LOCAIS .....</b>	<b>13</b>
1. Estatuto dos eleitos locais	
2. Estatuto remuneratório	
3. Incompatibilidades e impedimentos	
4. Mandato dos membros das Juntas de Freguesia	
5. Responsabilidade penal	
6. Tutela Administrativa	

## **LEGISLAÇÃO AUTÁRQUICA**

### **I - DAS AUTARQUIAS E SEUS ÓRGÃOS**

#### **1. Atribuições e competências**

**Lei n.º 159/99**, de 14 de Setembro

Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais.

*Revogada por:*

**Lei n.º 75/2013**, de 12 de Setembro

**Lei n.º 169/99**, de 18 de Setembro

Estabelece o quadro de competências assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos Municípios e das Freguesias.

*Alterada por:*

- **Lei n.º 5-A/2002**, de 11 de Janeiro

*Declaração de rectificação n.º 4/02, de 6 de Fevereiro*

*Declaração de rectificação n.º 9/02, de 5 de Março*

- **Lei n.º 67/2007**, de 31/12 (*Revoga arts. 96.º e 97.º*)

Responsabilidade Civil Extracontratual

- **Lei Orgânica n.º 1/2011**, de 30/11

Transfere competências dos governos civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matéria de reserva de competência legislativa da Assembleia da República.

*Revogada por:*

**Lei n.º 75/2013**, de 12 de Setembro

(Excepto os artigos respeitantes à constituição, composição e organização dos órgãos)

**Lei n.º 46/2005**, de 29 de Agosto

Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.

**Lei n.º 47/2005**, de 29 de Agosto

Estabelece o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares – estabelece os limites ao quadro de competências dos órgãos autárquicos e respectivos titulares no período que medeia entre a realização de eleições e a tomada de posse dos novos órgãos eleitos.

**Portaria n.º 68-A/2011**, de 7 de Fevereiro

Estabelece os critérios e os procedimentos subjacentes a utilizar na transferência de verbas para as freguesias

**Lei n.º 75/2013**, de 12 de Setembro

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para

as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico

## **2. Associação de Freguesias**

### **Lei n.º 175/99, de 21 de Setembro**

Regime jurídico comum das associações de Freguesias de direito público.

## **3. Associações de Municípios**

### **Decreto-Lei n.º 54/98, de 18 de Agosto**

Associações representativas dos Municípios e das Freguesias

### **Lei n.º 172/99, de 21 de Setembro**

Regime jurídico comum das Associações de Municípios de direito público.

## **4. Benefícios (publicitação)**

### [Lei n.º 64/2013. D.R. n.º 164, Série I de 2013-08-27](#)

Regula a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública a particulares, procede à primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 167/2008](#), de 26 de agosto, e revoga a [Lei n.º 26/94](#), de 19 de agosto, e a [Lei n.º 104/97](#), de 13 de setembro

## **5. Código do IMI e do IMT**

### **Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro**

Reforma da tributação (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

*Alterado pelos seguintes diplomas:*

- **Rect. n.º 4/2004, de 9/1**
- **Lei n.º 55-B/2004, de 30/12 (LOE 2005)**
- **D.L. n.º 211/2005, de 7/12**
- **Lei n.º 60-A/2005, de 30/12 (LOE 2006)**
- **Lei n.º 6/2006, de 27/2**
- **Lei n.º 21/2006, de 23/6**
- **D.L. n.º 238/2006, de 20/12**
- **Lei n.º 53-A/2006, de 29/12 (LOE 2007)**
- **Lei n.º 67-A/2007, de 31/12 (LOE 2008)**
- **Lei n.º 64/2008, de 5/12**
- **Lei n.º 64-A/2008, de 31/12 (LOE 2009)**
- **Lei n.º 3-B/2010, de 28/4 (LOE 2010)**
- **Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 (LOE 2011)**
- **Lei n.º 60-A/2011, de 30/11 (2.ª alteração da LOE 2011)**
- **Lei n.º 64-B/2011, de 30/12 (LOE 2012)**
- **Lei n.º 66-B/2012, de 31/12 (LOE 2013)**

**Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de Agosto**

Estabelece os casos em que um prédio urbano ou fracção autónoma é considerado devoluto, para efeitos de aplicação da taxa do imposto municipal sobre imóveis (IMI), ao abrigo do disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo **Decreto-Lei n.º 287/2003**, de 12 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pela **Lei n.º 6/2006**, de 27 de Fevereiro, que aprova o **Novo Regime do Arrendamento Urbano**.

**Portaria n.º 1119/2009, de 30 de Setembro**

Actualiza o zonamento com a introdução de zonas homogéneas do zonamento e delimitação de alguns coeficientes de localização

**6. Comissões de Coordenação Regional****Decreto-Lei n.º 224/2001, de 9 de Agosto**

*Revoga D.L. n.º 494/79, de 21/12 (com excepção do art. 1.º na parte em que procede à criação das CCR).*

**7. Conselhos municipais****Lei n.º 33/98, de 18 de Julho**

Conselhos municipais de segurança

**Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro**

Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

*Alterado por:*

- **Lei n.º 41/2003**, de 22 de Agosto

**8. Contratos-programa****Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro**

Estabelece o regime de celebração de contratos-programa de natureza sectorial ou plurisectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e um ou mais municípios, associações municipais ou empresas concessionárias destas.

*Alterado por:*

- **Decreto-Lei n.º 157/90**, de 17 de Maio;

- **Decreto-Lei n.º 319/2001**, de 10 de Dezembro

**Despacho Normativo n.º 66/88, de 9 de Agosto**

Estabelece um regulamento para apresentação e selecção das candidaturas a contratos-programa nas áreas do saneamento básico, ambiente e recursos naturais.

**Despacho Normativo n.º 184/93, de 6 de Agosto**

Define os critérios e as prioridades de cada sector de investimento, para efeitos de apresentação e selecção das candidaturas a contratos-programa sobre edifícios sede de municípios.

**Decreto-Lei n.º 219/95, de 30 de Agosto**

Estabelece o regime de celebração de contratos-programa e de acordos de colaboração de natureza sectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre o Estado e as freguesias.

**Despacho Normativo n.º 35/96, de 16 de Setembro**

Reformula o Despacho Normativo n.º 184/93, de 6 de Agosto, que define os critérios e as prioridades de cada sector de investimento, para efeitos de apresentação e selecção das candidaturas a contratos-programa sobre edifícios sede de municípios.

**9. Criação e extinção das Autarquias Locais****Lei n.º 142/85, de 18 de Novembro,**

Regime jurídico de criação dos municípios

*Alterada por:*

- Lei n.º 124/97, de 26 de Novembro
- Lei n.º 32/98, de 18 de Julho
- Lei n.º 48/99, de 16 de Junho

**Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio**

Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica

*Revoga as Leis n.º 11/82, de 2/6, Lei n.º 8/93, de 5/5 e art. 33.º da Lei n.º 2/2007, de 15/1*

**10. Empresas Municipais****Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto**

Aprova o regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais

*Revoga as Leis n.º 53-F/2006 e n.º 55/2011*

**11. Estatuto do Direito de Oposição****Lei n.º 24/98, de 26 de Maio**

Define o Estatuto do Direito de Oposição

## **12. Finanças locais**

**Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro** (revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3/9)

Aprova a Lei das Finanças Locais

Revoga a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto

Rectificada por **Declaração de rectificação n.º 14/2007, de 15/2**

Alterada por:

- Lei n.º 22-A/2007, de 29/6
- Lei n.º 67-A/2007, de 31/12 (LOE 2008)
- Lei n.º 3-B/2010, de 28/4 (LOE 2010)
- Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 (LOE 2011)
- Lei n.º 64-B/2011, de 30/12 (LOE 2012)
- Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio (Revoga art. 33.º)

Revogada por:

**Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro**

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

(*Entra em vigor em 1/1/2014*)

**Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro**

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 52.º da [Lei n.º 64-A/2008](#), de 31 de Dezembro, e no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela [Lei n.º 2/2007](#), de 15 de Janeiro, estabelece as regras referentes à concessão de auxílios financeiros às autarquias locais bem como o regime associado ao Fundo de Emergência Municipal

**Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro** (*entra em vigor em 1/1/2014*)

Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais

(*Revoga a Lei n.º 2/2007, de 15/1, e o D.L. n.º 38/2008, de 7/3, alterado pelo D.L. n.º 120/2012, de 19/6*)

## **13. POCAL**

**Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro**

Alterado por:

- Lei n.º 162/99, de 14/9
- D.L. n.º 315/2000, de 2/12
- D.L. n.º 84-A/2002, de 5/4
- Lei n.º 60-A/2005, de 30/12 (LOE 2006)

## **14. Polícias municipais**

### **Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março**

Regula a criação de serviços de polícia municipal.

*Revogado pelo Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de Outubro, salvo o capítulo IV, «Das carreiras de pessoal de polícia municipal», e os seus anexos II, III e IV*

### **Decreto-Lei n.º 40/2000, de 17 de Março**

Regula as condições e o modo de exercício de funções de agentes de polícia municipal.

*Revogado pelo Decreto-Lei n.º 239/2009, de 16 de Setembro*

### **Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio**

Revisão da lei quadro que define o regime e forma de criação das polícias municipais

*Revoga Lei n.º 140/99, de 28 de Agosto*

### **Decreto-Lei n.º 197/2008, de 7 de Outubro**

Regulamenta a Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio, estabelecendo as regras a observar na deliberação da assembleia municipal que crie, para o respectivo município, a polícia municipal, e regulando, nesse âmbito, as relações entre a administração central e os municípios

*Revoga Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março, salvo o capítulo IV, «Das carreiras de pessoal de polícia municipal», e os seus anexos II, III e IV*

### **Decreto-Lei n.º 239/2009 de 16 de Setembro**

Estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal, assim como as condições e o modo de exercício das respectivas funções, regulamentando a [Lei n.º 19/2004](#), de 20 de Maio

## **15. Processo eleitoral**

### **Lei n.º 97/88 de 17 de Agosto**

Afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda

*Alterada por:*

- **Lei n.º 23/2000**, de 23/8

- **D.L. n.º 48/2011**, de 1 de Abril (*Alterado pelo D.L. n.º 141/2012, de 11/7*)

### **Lei n.º 22/99, de 21 de Abril**

Regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em actos eleitorais e referendários.

### **Lei n.º 26/99, de 3 de Maio**

Alarga a aplicação dos princípios reguladores da propaganda e a obrigação da neutralidade das entidades públicas à data da marcação das eleições ou do referendo.

**Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto****Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais**

*Alterada por:*

- **Declaração de Rectificação n.º 20-A/2001**, de 12/10
- **Lei Orgânica n.º 5-A/2001**, de 26/11
- **Acórdão TC 243/2002**, de 25/6
- **Lei Orgânica n.º 3/2005**, de 29/8

**Lei n.º 46/2005, de 29 de Agosto**

Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais

**16. Recenseamento****Lei n.º 13/99, de 22 de Março**

*Alterada por:*

- **Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro**
- **Lei orgânica n.º 4/2005, de 8 de Setembro**
- **Lei orgânica n.º 5/2005, de 8 de Setembro**
- **Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto** - *Rectificada por Declaração de Rectificação n.º 54/2008, de 1/10*

**Lei n.º 35/2009, de 14 de Julho**

Autoriza o Governo a estabelecer as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)

**Decreto-Lei n.º 226/2009, de 14 de Setembro**

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 35/2009](#), de 14 de Julho, estabelece as normas a que devem obedecer o XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011)

**17. Referendo****Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril**

*Alterada por:*

**Lei orgânica n.º 4/2005, de 8 de Setembro**

(Procede à 1.ª alteração à Lei Orgânica n.º 15-A/98, flexibilizando os mecanismos de realização de referendos)

**18. Referendo local****Lei orgânica n.º 4/2000, 24 de Agosto**

Aprova o regime jurídico do referendo local



## **19. Regiões Administrativas**

### **Lei n.º 56/91, de 13 de Agosto**

Lei Quadro das Regiões Administrativas

### **Lei n.º 19/98, de 28 de Abril**

Lei de criação das Regiões Administrativas

## **20. Reorganização administrativa territorial autárquica**

### **Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio**

Aprova o regime jurídico da Reorganização administrativa territorial autárquica

### **Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro**

Reorganização administrativa de Lisboa

### **Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro**

Reorganização administrativa do território das freguesias

*Rectificada pela Declaração de rectificação n.º 19/2013, de 28/3*

## **21. Serviços Municipais - Organização e funcionamento**

### **Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto**

Autoriza o Governo a estabelecer o regime jurídico da estrutura e organização dos serviços da administração autárquica, revogando o [Decreto-Lei n.º 116/84](#), de 6 de Abril

### **Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro**

No uso da autorização legislativa concedida pela [Lei n.º 86/2009](#), de 28 de Agosto, estabelece o regime da organização dos serviços das autarquias locais

*Revoga D.L. n.º 116/84, de 6/4 e altera D.L. n.º 93/2004, de 20/4*

## **22. Taxas**

### **Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro**

Aprova o regime geral das taxas das Autarquias Locais

*Alterada por:*

- **Lei n.º 64-A/2008, de 31/12 (LOE 2009)**

- **Lei n.º 117/2009, de 29 de Dezembro**

## II - DOS ELEITOS LOCAIS

### 1. Estatuto dos eleitos locais

#### Lei n.º 29/87, de 30 de Junho

Estatuto dos eleitos locais

*Alterado por:*

- *Lei n.º 97/89, de 15/12 (altera o art. 18.º)*
- *Lei n.º 1/91, de 10/1 (altera o art. 18.º-A)*
- *Lei n.º 11/91, de 17/5 (altera o art. 13.º)*
- *Lei n.º 11/96, de 18/4 (revoga o art. 9.º e o 10.º/3)*
- *Lei n.º 127/97, de 11/12 (adita ao art. 5.º/1 a al. s) e altera o art. 5.º/2 e o art. 24.º/3)*
- *Lei n.º 50/99, de 24/6 (altera os arts. 5.º, 6.º e 27.º)*
- *Lei n.º 86/2001, de 10/8 (altera os arts. 2.º, 8.º, 10.º e 18.º)*
- *Lei n.º 22/2004, de 17/6 (altera os arts. 5.º e 7.º)*
- *Lei n.º 52-A/2005, de 10/10 (altera os arts. 3.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 13.º e 24.º)*

*Altera e republica Lei 29/87*

- *Lei n.º 53-F/2006, de 29/12 (revoga art. 7.º/1/c)*  
Regime Jurídico do Sector Empresarial Local

**Portaria n.º 441/2002, de 22 de Abril** (*complementa a Lei n.º 29/87, de 30/6*)

Define os termos e as condições a observar no reconhecimento do direito à bonificação das pensões de invalidez e velhice consagrados no art. 18.º-D da Lei n.º 29/87 de 30/6.

### 2. Estatuto remuneratório

#### Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro

Altera o regime relativo a pensões e subvenções dos titulares de cargos políticos e o regime remuneratório dos titulares de cargos executivos de autarquias locais

*Alterada por:*

- **Lei n.º 55-A/2010**, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2011)
- *Altera e republica a Lei n.º 4/85, de 9/4 (estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos) alterada pelas Leis n.ºs 16/87, de 1/6, 102/88, de 25/8, 26/95, de 18/8 e 3/2001, de 23/2 e revoga o n.º 2 do art. 20.º e os arts. 24.º a 28.º, 30.º, 31.º e 33.º desta Lei 4/85*
- *Revoga Lei n.º 144/85, de 31/12 (n.º 3 do art. 1.º)*
- *Altera e republica a Lei n.º 29/87, de 30/6 e revoga os arts. 13.º-A, 18.º, 18.º-A, 18.º-B, 18.º-C, 18.º-D, 19.º e 27.º desta Lei 29/87*
- *Altera a Lei n.º 9/91, de 9/4*
- *Altera o D.L. n.º 252/92, de 19/11, alterado pelos D.L.'s n.ºs 316/95, de 28/11, 213/88, de 2/8, 264/2002, de 25/11 e revoga os n.ºs 2 e 3 do art. 16.º e os arts. 19.º, 21.º, e 22.º deste D.L. n.º 252/92*
- *Altera a Lei n.º 7/93, de 1/3*

### **3. Incompatibilidades e impedimentos**

#### **Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto**

Estabelece o regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos.

*Alterada por:*

- **Lei n.º 39-B/94**, de 27/12 (Rectificada pela Decl. de Rect. n.º 2/95, de 15/4)
- **Lei n.º 28/95**, de 18 de Agosto
- **Lei n.º 88/95**, de 15 de Novembro
- **Lei n.º 11/96**, de 18 de Abril (*por remissão desta Lei, o sistema de incompatibilidades aplica-se aos eleitos para os órgãos das juntas de freguesia*)
- **Lei n.º 12/96**, de 18 de Abril
- **Lei n.º 42/96**, de 31 de Agosto
- **Lei n.º 12/98**, de 24 de Fevereiro
- **Lei n.º 71/2007**, de 27 de Março
- **Lei n.º 30/2008**, de 10 de Julho
- **Lei Orgânica n.º 1/2011**, de 30 de Novembro

### **4. Mandato dos membros das Juntas**

#### **Lei n.º 11/96, de 18 de Abril**

Estabelece o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros da Juntas de Freguesia.

*Alterada por:*

- **Lei n.º 169/99, de 18/9** (*na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11/1 - revoga os arts. 1.º a 4.º*)
- **Lei n.º 87/2001, de 10 de Agosto** (adita o art. 5.º-A)
- **Lei n.º 36/2004, de 13 de Agosto**

### **5. Responsabilidade penal**

#### **Lei n.º 4/83, de 2 de Abril**

Controle público de riqueza dos titulares de cargos políticos.

*Alterada por:*

- **Lei n.º 38/83, de 25/10**
- **Lei n.º 25/95, de 18/8**
- **Lei n.º 19/2008, de 21/4**
- **Lei n.º 30/2008, de 10/7**
- **Lei n.º 38/2010, de 2/9**

#### **Decreto-Lei n.º 371/83, de 6 de Outubro**

Punição dos crimes de corrupção praticados por titulares de órgãos autárquicos e outros.

**Lei n.º 34/87, de 16 de Julho**

Determina os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos.

*Alterada por:*

**- Lei n.º 108/2001, de 28 de Novembro**

Altera o Código Penal aprovado pelo D.L. n.º 400/82 de 23/9, a Lei n.º 34/87 de 16/6 e o D.L. n.º 28/84 de 20/1 (*altera o regime jurídico dos crimes de tráfico de influência e de corrupção*).

**- Lei n.º 30/2008, de 10 de Julho****- Lei n.º 41/2010, de 3 de Setembro****- Lei n.º 4/2011, de 16 de Fevereiro****- Lei n.º 4/2013, de 14 de Janeiro****6. Tutela Administrativa****Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto**

Define o Regime Jurídico da Tutela Administrativa.

